

A marca discursiva da seca como entrave à civilização em *A Normalista* de Adolfo Caminha (1893)

The discursive mark of drought as an obstacle to civilization in *A Normalista* by Adolfo Caminha (1893)

Francisco Wilton Moreira dos Santos
Mestre Interdisciplinar em História e Letras
Universidade Estadual do Ceará
wilton.santos@aluno.uece.br

Recebido em: 07/01/2020

Aprovado em: 05/03/2020

Resumo: O escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897), filiado à tradição estética da escola naturalista europeia da segunda metade do século XIX, assim como outros autores cearenses desse momento, estava mobilizado em torno de um projeto social de civilização. Nesse sentido, este artigo buscou analisar o desejo de progresso e a crítica à província que aparecem em *A Normalista* (1893). O romance se passa no meio urbano de Fortaleza, entretanto, suas personagens e seu modo de agir são, em grande medida, frutos de um “espaço de experiência” ligado à Grande Seca de 1877, ponto de partida para compreender quais resquícios ainda persistem desse evento e qual sua relação com o que o autor considera civilizado. Portanto, pode-se inferir que os efeitos, os arranjos e desarranjos da Grande Seca estão presentes ao longo da obra e influenciam o curso das ações da narrativa.

Palavras-chave: *A Normalista*, Seca, Marca Discursiva.

Abstract: The cearense writer Adolfo Caminha (1867-1897), affiliated with the aesthetic tradition of the European naturalist school of the second half of the 19th century, as well as other Ceará authors of that time, was mobilized around a social project of civilization. In this sense, this article sought to analyze the desire for progress and the critique of the province that appear in *A Normalista* (1893). The novel takes place in the urban environment of Fortaleza, however, its characters and their way of acting are largely the results of a “space of experience” linked to the Grande Seca of 1877, a starting point to understand which remains of this event and what is its relationship to what the author considers civilized. Therefore, it can be inferred that the effects, arrangements and breakdowns of the Grande Seca are present throughout the novel and influence the course of narrative actions.

Keywords: *A Normalista*; Drought; Discursive Mark.

Introdução

Adolfo Caminha (1867-1897) é natural do município cearense Aracati. Ainda muito jovem perdeu a mãe, vitimada pela grande seca de 1877, passando a morar pouco tempo com seus parentes em Fortaleza. Da capital cearense, o rapaz se mudou para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos na Marinha. No ano de 1886, em um dos serviços prestados à Marinha, Caminha fez uma viagem até os Estados Unidos, experiência que resultou em seu relato de viagem no livro *No país dos Ianques*.

Nos meses que o escritor esteve no exterior, tivera acesso a “outro mundo” que o deixou extasiado com o espantoso progresso daquele país. Certamente havia uma diferença entre os avanços tecnológicos dos EUA e os da provinciana Fortaleza. O contato com a cultura norte-americana contribuiu para a forma como ele enxergaria a capital cearense: antiquada e de costumes atrasados. Este pensamento fica evidente no livro *A Normalista*, escrito no período em que ele retornou ao Ceará entre os anos 1888 e 1892. Isto porque estava em pauta determinada ideia de cultura, calcada sob um viés evolucionista, onde civilização e progresso eram entendidos não apenas como conceitos, mas como valores universais (SCHWARCZ, 1993). Esse modo de pensar é marcado pela presença de um saber que, em boa medida, fundamenta o projeto de nação que se desenhava no século XIX, haja vista que ele conduz o pensamento de alguns dos intelectuais e homens da imprensa também ao longo das primeiras décadas do século XX.

Filiado à tradição estética da escola naturalista europeia da segunda metade do século XIX, Caminha tem na obra do francês Émile Zola, sua principal referência. As letras cearenses desse momento estavam mobilizadas em torno de um projeto social de civilização. O período no qual a obra está inserida é justamente quando a cidade de Fortaleza, segundo Sebastião Rogério Ponte, “estava sob o influxo do crescimento comercial, da concentração de capital e da assimilação dos novos padrões e valores burgueses europeus” (PONTE, 2010, p. 23).

O romance se passa no meio urbano de Fortaleza, todavia, suas personagens e seu modo de agir são, em grande medida, frutos de um “espaço de experiência” ligado à Grande Seca de 1877. A caracterização regionalista do romance e a tentativa e o anseio de erigir uma representação da nação, são evidentes. O que faz com que Rodrigo Marques (2015) considere o livro *A Normalista* como um romance de seca. Neste trabalho nos ocuparemos de pensar até que ponto a experiência da seca de 1877 está presente na narrativa de Caminha e em seus personagens, bem como nos interessa pensarmos

como o discurso da seca e suas marcas aparecem no romance como responsável pelo atraso da província.

Deste modo, começaremos revisitando o fatídico episódio que levou Maria do Carmo e seu pai, retirantes da seca, até a casa de João da Mata, Padrinho da menina. Passearemos ainda pelas narrativas da supracitada personagem quando fala das vantagens que conseguiu durante o período de estiagem e, por fim, analisaremos o desejo de progresso e a crítica à província contida na obra, pensando quais resquícios ainda persistem desse evento e qual sua relação com o que o autor considera civilizado.

“Era um horror de misérias e aflições”: arranjos e desarranjos na Grande Seca dos dois setes

A Rompeu-se o Natal
Porém barra não veio
O sol bem vermeio
Nasceu muito além
Meu Deus, meu Deus
Na copa da mata
Buzina a cigarra
Ninguém vê a barra
Pois a barra não tem
(ASSARÉ, 1984)¹

O final do século XIX foi penoso para as províncias do Norte, pois a escassez de chuva em uma região onde o quadro chuvoso é irregular tornou ainda mais duro o viver naqueles tempos. Assim, o ano de 1877 marcaria a vida dos nortistas, desde aqueles que moram no campo àqueles que residem nas cidades. O começo do ano, segundo Thomas Pompeu, dava indício das dificuldades que estavam por vir, pois, “em março o sertão já acusava falta de chuvas” (POMPEU FILHO, 1893, p. 33). Todavia, esse era o mês preferido dos sertanejos: o apelo para fé e para as experiências², na esperança que o mês do senhor São José mudasse a tal sina, pois no dia 19 de março,

E (...) é que se sabia a sorte do Ceará. Na noite de 18 de março poucos foram os que dormiram. Ao quebrar das barras já todos estavam nos terreiros, com o olhar fito no levante. O céu estava limpo e pontado de estrelas, que esfuzilavam em todos os rumos (...). As nuvens afastaram-se como um reposteiro, que fosse corrido, brilhou

¹ Trecho do poema *A Triste Partida*. Para acesso ao texto completo ver o livro *Cante lá que eu canto cá* (ASSARÉ, 1984). Patativa do Assaré teve seu poema musicado pelo cantor e compositor nordestino Luiz Gonzaga.

² Experiências aqui entendidas como os experimentos, testes feitos pelo sertanejo sempre atentos aos sinais da natureza para saber se o ano será de boa internada ou não.

a aurora, franjando de ouro o contorno dos estratos, depois apareceu o sol, um globo de fogo, semelhante a cobre fundido (...). Os sertanejos, que olhavam o nascer do sol, baixavam a vista, alguns chorando a sua sentença de morte (TEÓFILO, 1979, p. 5).

No entanto, o mês termina sem chuva e abril descamba com sol em brasa. O gado, agora esquelético, começa a morrer sentindo a falta d'água e de pasto. As lavouras definham, secam e perecem em uma velocidade alarmante e, como consequência, os víveres aos poucos vão se esgotando. “(...) perdidas as esperanças de inverno, começou o êxodo dos habitantes do interior para o litoral” (POMPEU FILHO, 1893, p. 33). Não havia outra saída a não ser emigrar de seu torrão natal.

Os meses seguintes foram caóticos e a triste situação se agravava cada vez mais. As aguadas – açudes e rios –, foram evaporando-se. As pessoas que tinham alguma posse trocavam-na por farinha ou outro bem de primeira necessidade, uma vez que “de setembro em diante a fome era geral, os socorros públicos, mal administrados, não chegavam regularmente aos lugares mais afectados” (POMPEU FILHO, 1893, p. 33). Pouco a pouco o sertão transformava-se em um (de)sertão.

Chegado o mês de dezembro, qualificado por Rodolfo Teófilo como sendo “sempre quente nas províncias do Brasil mais próximas do equador” e mesmo nas áreas litorâneas favorecidas “(...) pelas brisas do mar, os dias são calmosos, a temperatura, à sombra, chega às vezes, a 33° centígrados” (TEÓFILO, 1979, p. 1). Em tempos *normais* o calor já castiga, quanto mais em tempos de estiagem prolongada...

As sombras das grandes árvores são disputadas palmo a palmo pela leva de retirantes que seguiam para a capital da província buscando sobreviver. Após andar léguas infindáveis sob um sol causticante a ferver os miolos, a sombra dos cajueiros era um rancho bem-vindo. O que se via naqueles rostos pálidos e magros era o retrato da desolação: “Desde dezembro uma tristeza, densa como um nevoeiro, tinha empanado os espíritos ao verem a florescência dos cajueiros esperdiçada aos calores crus do estio. Nem um suor de tempestade embaciou a atmosfera, sempre de limpidez cristalina” (PATROCÍNIO, 1879 *apud* BURGARDT, 2014, p. 17).

É também em uma tarde de dezembro de 1877 que o capitão Bernardino de Mendonça e sua filha caçula Maria do Carmo chegam em Fortaleza fugindo da seca que “dizimava populações inteiras no sertão” como os demais que para lá se dirigiam “(...) na pista dos socorros públicos (...) obrigado a

procurar outros climas” (CAMINHA, 1978, p. 22), Bernardino resolveu recorrer ao compadre João da Mata, padrinho da menina Maria.

A partir desse ponto, veremos que toda a trama se passa na cidade de Fortaleza e *arrabaldes*, suas personagens são cidadinas e estão imersas em um ambiente urbano. A seca não é o ponto central da narrativa, todavia, é mencionada em vários momentos ao longo da obra literária em análise. Como a história se passa no final da década de 1880, a estiagem e seus efeitos, na maioria das vezes, são apenas lembrados. Contudo, segundo o professor Rodrigo Marques,

basta investigar um pouco mais as peculiaridades do espaço da narrativa, aprofundando a caracterização regionalista do romance, bem como a origem das relações sociais que movem a trama para enfileiramos **A Normalista**, junto com **Os Retirantes**, **A Fome** e **Luzia Homem**, no ciclo de romances da grande seca de 1877 (MARQUES, 2015, p. 105. Grifo do autor).

Evidentemente que foram as crises geradas pela supracitada seca que levou Maria do Carmo até a cidade de Fortaleza; também o período em que João da Mata trabalhou nas obras de socorro público, durante a grande seca, foi um momento importante para que ele “fizesse muito dinheiro”. Deste modo, embora o romance não se passe no momento da estiagem como acontece em outras obras, a imagem da seca está sempre presente: na figura de Maria, no desejo do progresso da província – atrasada em seus costumes, talvez, pelas marcas deixadas pela falta de chuva, entre outras coisas.

A Grande Seca de 1877 e o passado presente em *A Normalista*

A Grande seca de 1877-79 não foi a primeira a afligir as terras do Ceará. A província cearense já havia sofrido com outras estiagens terríveis durante o século XIX, como, por exemplo, as secas de 1825, 1832 e 1845, que causaram enormes estragos acarretando prejuízos à sua população, bem como ao âmbito econômico do Ceará. Porém é a Grande Seca de 77, sobretudo pela difusão de imagens e notícias sobre ela, que vai ganhar destaque, uma vez que o passar dos anos no século XIX marca a frequente “mobilização de políticos, administradores e homens de ciência (...) em torno da temática das secas” (VALE NETO, 2006, p. 26).

É essa seca que vai dar visibilidade ao Norte também, porque as elites decadentes pelo processo de estiagem apropriam-se desse discurso para angariar recursos governamentais para as chamadas “Províncias do Norte”. Peça fundamental na aglutinação desses discursos, a escassez de chuva e “todo esse contexto de agruras chamou atenção dos poderes públicos, nas províncias e no Rio de Janeiro,

sede do Império, bem como da opinião pública” (BARBALHO, 2005, p. 140). Ao mesmo tempo que esses discursos iam configurando a formação do espaço físico-imagético chamado Nordeste, pois segundo Durval Muniz de Albuquerque Junior em seu livro *A Invenção do Nordeste*³, tornaram-se frequentes os usos políticos da estiagem.

Todavia, os investimentos para tentar minimizar os efeitos da estiagem nem sempre ganhavam os destinos que deviam: a corrupção crescia e os desvios de recursos ou a cobrança de preços abusivos pelos viveres que deveriam ser distribuídos para a população se tornariam práticas constantes. João da Mata encarna essa personagem-tipo, evidenciado na passagem onde informa-se ao leitor que durante a seca o amanuense “tinha assistido a muita ladroeira na seca de 77” (CAMINHA, 1978, p. 51). Ele próprio “(...) tinha ganho muito dinheiro à custa dos cofres públicos” quando fora “comissário de socorros” (CAMINHA, 1978, p. 51).

Através da personagem João da Mata, podemos perceber algumas das críticas de Caminha à sociedade cearense, uma delas é a explícita denúncia social dessa corrupção praticada largamente durante o período em questão. As obras de socorros públicos, ao mesmo tempo que serviam de mote para angariar recursos, tinham como foco o controle dos retirantes. Nesse contexto, era comum que retirantes fugidos da seca fossem usados em obras tal como uma tentativa de conter suas ações mais violentas e reprimir os saques. Havia o medo de que se aqueles sujeitos não incorporassem as fileiras dos canteiros das obras de socorro públicos acabassem por se juntar as filas crescentes de bandidos nos sertões. Então, o trabalho era, ao mesmo tempo, uma forma de disciplinar os indivíduos evitando que eles vissem no banditismo uma saída.

Durantes esta ocupação, o amanuense conseguiu alavancar seu capital. Segundo a personagem, a “ladroeira” era uma prática comum durante o período de seca. “(...) os presidentes do Ceará eram uns urubus que vinham beber o sangue do emigrante cearense” (CAMINHA, 1978, p. 50-51). Assim, essa era uma forma eficaz de se conseguir dinheiro, por isso, ele próprio fora tomado “por uma espécie de ambição egoísta” e se entregou de corpo e alma à política.

³ Para melhor compreender ideia de invenção do Nordeste, ver o livro *A Invenção do Nordeste e outras artes* (ALBUQUERQUE, 2015).

João da Mata narra outra prática comum durante esse período em seu posto de trabalho: o uso do prestígio que ele gozava diante da sua posição e que ele agia “visando sempre tirar resultados positivos de suas artimanhas, embora com prejuízo de alguém” (CAMINHA, 1978, p. 15). Exemplo disso é quando descobrimos no texto que ele “em 77, na seca, tinha desfrutado muita ‘bichinha’ famosa”⁴ (CAMINHA, 1978, p. 86). Por veneração ou por imposição, o amanuense usava de seu lugar como comissário de socorros para conseguir o que desejava. Todavia, “nenhuma daquelas retirantes chegava aos pés da afilhada. Chegava o quê? Nem havia termo de comparação. Maria, além de ser uma rapariga asseada e apetitosa como uma ata madura, tinha sobre as outras a vantagem de ser inteligente e educada” (CAMINHA, 1978, p. 86).

Esse é o ponto para discutir outra representação da seca presente na obra: a figura de Maria do Carmo. A afilhada de João da Mata aguçava os contrastes do padrinho. Seu pensamento sobre os retirantes entrava em embates quando pensava na normalista. Como pode ela ser tão bonita e educada? Ninguém entendia, inexplicavelmente como uma simples retirante, que acabara de deixar um colégio de freiras (ela passa viver definitivamente com o padrinho), fosse uma garota “tão bem feita de corpo, tão desenvolta e insinuante” (CAMINHA, 1978, p. 20).

João da Mata agora via com outros olhos Maria do Carmo: ela apresentava-se mais bonita, limpa e “fornida de carnes”. A sociedade também a encarava de maneiras diferentes, pois os homens a desejavam e as mulheres sentiam inveja: “As outras normalistas tinham-lhe inveja e faziam-lhe pirraças” (CAMINHA, 1978, p. 20). Sua imagem, no tempo do colégio Imaculada Conceição “(...) magrinha, com uma cor esbranquiçada e mórbida de cera velha, o olhar macilento” (CAMINHA, 1978, p. 19) era mais condizente com a ideia que se fazia dos retirantes, porém Maria, agora, contradizia tudo isso.

Ante o exposto, parece-nos que podemos traçar aqui um diálogo com Reinhart Koselleck (2006), no que se refere ao conceito “espaço de experiência” para pensarmos essa relação de contrastes. Pensando, com o autor, a experiência como

o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas

⁴ João da Mata seduzia algumas retirantes e durante o tempo que exerceu o cargo de comissário de socorros da seca, por exemplo, fora acusado de “defloramento” de uma menor, mas escapara de ser preso (MARQUES, 2015).

inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

Assim, essa experiência corresponde ao passado que se concretiza no presente de maneiras diversas, seja por meio da memória, dos resquícios, ou das permanências (BARROS, 2010), configurando um *passado presente*. Este “passado presente” ou “espaço de experiência”, ainda segundo Barros, pode ser melhor compreendido “como um espaço porque concentra um enorme conjunto de coisas já conhecidas” (BARROS, 2010, p. 67). Portanto, pode ser caracterizado como “tudo que se pode recordar da própria vida ou da vida de outros” (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Maria do Carmo quebra com a lógica estabelecida e conhecida por não mais corresponder ao “espaço de experiência” das outras personagens ao pensarem de forma estereotipada os retirantes. “Por diversas vezes no romance, a condição de retirante de Maria do Carmo é indicada como a causa de seus males. Ela realmente era uma filha de retirante, mas a sua beleza, educação e inteligência pareciam contradizer o seu passado” (MARQUES, 2015, p. 107).

Esse constante mundo de contrastes aparece em vários momentos no romance de Adolfo Caminha: a inexplicável Maria do Carmo, simples retirante, nada em consonância com a representação que se tinha dessas personagens, o desejo que o padrinho sentia pela garota que, teoricamente, ele deveria proteger e o constante anseio de progresso que aparece no texto. A seguir, elucidaremos alguns desses momentos onde se nota um forte desejo por mudanças, tanto na estrutura da cidade quanto em seus costumes.

“Certo bom-gosto nas *toilettes*, nos costumes, certas comodidades que ainda não havia no Ceará”: a crítica à província cearense e o desejo do progresso

(...) Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.
Devagar... as janelas olham.
Êta vida besta, meu Deus!⁵.

O poema de Drummond acima já oferece o caminho que traçaremos para discutir as críticas à província cearense que aparecem no romance *A Normalista*. O poeta nos fala de uma sociedade onde

⁵ Ver livro *De Alguma Poesia* (1930) Carlos Drummond de Andrade. Este poema foi musicado pelo cantor e compositor sobralense Belchior e encontra-se no álbum *As várias caras de Drummond* (2002).

tudo caminham com lentidão, o marasmo é sua principal característica. Tamanha a sonolência do lugar que o autor chega a chamar de *besta* a vida que se leva ali. A cidade de Fortaleza, na obra de Adolfo Caminha, é em certo momento descrita de forma semelhante. O tempo na província é um dos elementos que diferencia o ritmo da vida nas grandes cidades.

A cidade permanecia na sua costumada quietação provinciana, muito cheia de claridade, bocejando preguiçosamente de braços cruzados, à espera do progresso. Suava-se por todos os poros e respirava à custo, debaixo d'uma equatorial acabrunhadora. Estalava à distância, num ritmo cadenciado e monótono, o canto estridente e metálico d'uma araponga, cujo eco repercutia em todo âmbito da pequena capital cearense (CAMINHA, 1978, p. 68).

A vida na província é descrita ressaltando-se “(...) a lentidão e a monotonia do cotidiano” (ALENCAR, 2017, p. 194). Em contraste com este aspecto, podemos pensar em um ritmo mais acelerado nas grandes capitais. Fortaleza, apesar dos avanços do período, ainda poderia ser caracterizada em finais do século XIX como o que Gilberto Freyre chamou de “rururbana”⁶. Não esqueçamos, ainda, que Caminha experimentou o ritmo de vida mais veloz da sociedade norte-americana, experiência que “pode ser vista como um prenúncio do olhar que ele lançaria sobre Fortaleza anos depois” (ALENCAR, 2017, p. 191).

A personagem Zuza é estudante de Direito e filho de um coronel da região, o senhor Souza Nunes. O rapaz é quem mais tece críticas à província, pois, para ele, a capital andava a passos lentos em direção ao progresso, principalmente se comparada a outras capitais, e ele afirmava-se como sendo “um admirador, um amante do progresso”. Segundo Zuza, “(...) o Ceará tem muito ainda, mas mesmo muito (e deu umas castanholas com o dedo) que andar para ser uma capital de primeira ordem” (CAMINHA, 1978, p. 78). A personagem via em Recife, cidade onde morou durante o período que foi estudante de Direito, um exemplo de modernização. Em seu ponto de vista, a cidade pernambucana tinha mais a oferecer aos indivíduos: “Ali, sim, a gente pode viver, pode gozar. Muito progresso, muito divertimento” (CAMINHA, 1978, p. 21).

Em uma conversa com Dona Terezinha, acusado de não gostar do Ceará, o rapaz defende-se dizendo que na verdade, ele é “(...) meio exigente em matéria de civilização” (CAMINHA, 1978, p.

⁶ “Expressão para definir o que ainda não deixou de ser rural, mas que ainda não é urbano”. Para mais detalhes ver Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnica (2010) de Manuel Correia de Andrade.

21). Para ele, aquela cidade era atrasada e se parecia “(...) ainda uma terra de bugres...” (CAMINHA, 1978, p. 21). O termo usado pela personagem denota seu desprezo pela capital cearense, uma vez que bugre se refere ao período inicial da ocupação portuguesa, em que as populações indígenas, se quer, eram consideradas humanas, caracterizadas pelos europeus como seres “sem alma”, por serem pagãos, sem Lei, nem Rei, nem Fé.

O jovem Zuza também invoca a preocupação da população com relação a seca e mesmo depois de quase uma década depois da Grande Seca de 77, o Ceará é “(...) uma terra em que só se fala nas secas e no preço da carne verde” (CAMINHA, 1978, p. 21). Mais uma vez, a presença da seca e suas agruras aparecem na fala das personagens. A atenção dada ao preço da carne verde, pode ser compreendida pela demanda a este produto. Lembremos que no século XVII as primeiras tentativas de estabelecimento de colonos se deram pela exploração e o uso de pequenos rebanhos bovinos, deslocando-se pelo sertão à procura de melhores terras adequadas a sua criação, por isso, seguiam os cursos dos principais rios da região. Esse gado era criado principalmente para o abate destinado à alimentação para a população litorânea.

Com a Lei Régia de 1701 implantando que a criação do gado devia ficar até 10 léguas distante do litoral das terras destinadas ao cultivo canavieiro, os rebanhos passaram a ser criados em regiões mais distantes com pasto de qualidade inferior. A carne que passa a chegar até boa parte dos consumidores é magra, dura e com aspecto de putrefação; as de melhor qualidade acaba ganhando um preço elevado, sendo destinada àqueles de maior poder aquisitivo. Dentro desse “espaço de experiência” a seca, portanto, mesmo não sendo o assunto central da obra e mesmo que esta não seja temporalmente ambientada durante o catastrófico período, se faz presente.

Outro elemento importante associado à modernidade e ao desejo de progresso em *A Normalista* é a imprensa. Os periódicos aparecem como um importante mecanismo de poder, atuando na construção de memórias coletivas e visibilidade pública, espaço de articulação e difusão de ideias, dado que “(...) crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). Certamente, um dos maiores representantes da ideia de modernidade no século XIX seja a imprensa, principalmente pela difusão através da palavra impressa o imaginado desejo de civilização. Conforme a historiadora Sonia Silva,

(...) se o jornal efetiva o poder da palavra e da construção discursiva dos centros urbanos, apresenta-se também como uma prática social representativa do ideal de sociedade elaborado no século XIX. Era a possibilidade de que os interesses das classes dominantes se disseminassem elaborando modelos de conduta no cotidiano dos habitantes desses espaços (SILVA, 2017, p. 277).

Tão forte sua atuação como força ativa da história, que mesmo em cidades do interior da província, a imprensa aparece como sinônimo de modernidade. Os veículos de comunicação não funcionavam como meros noticiadores, pois nas páginas dos jornais do período circulavam literatura, acusações, calúnias, etc., dependendo da filiação do periódico. Em *A Normalista*, o jornal *Matraca*, por exemplo, era considerado “um jornaleco imundo que falava da vida alheia” (CAMINHA, 1978, p. 34) e *A Província* era a folha lida pela elite. Além desses, no romance de Caminha, em vários momentos são citadas passagens referentes aos jornais *O Cearense* e *Pedro II*.

Evidencia-se o valor desse veículo no impulso rumo à civilização e o papel dos intelectuais profissionais da imprensa, colocados quase como arautos do progresso: “Vocês da imprensa devem civilizar este povo, devem ensinar esta gente a pensar e a ter juízo, do contrário...” (CAMINHA, 1978, p. 125), afirma o quase bacharel Zuza. Dito de outro modo, através dos jornais poderia se vincular discursos moralistas, entre outros, que poderiam colocar nos trilhos da modernidade a sociedade. As reticências na fala dão indícios que o que vem pela frente pode ser catastrófico caso *essa gente não tome juízo e se torne civilizada*.

João da Mata é outra personagem que também faz várias críticas ao Ceará. Dentre elas, o amanuense critica o colégio da província. A educação fica a cargo dos poucos conventos, a maioria deles em estado de calamidade, com péssima iluminação e higiene que deixava a desejar. Essa reprovação pode ser lida na obra na seguinte passagem:

O diabo é que no Ceará não havia colégios sérios. A instrução pública estava reduzida a meia dúzia de conventinhos: uma calamidade pior que a seca. O menino ou menina saía da escola sabendo menos que dantes e mais instruído em hábitos vergonhosos (...). As melhores famílias sacudiam as filhas na Imaculada Conceição como único recurso para não vê-las completamente ignorantes e pervertidas (CAMINHA, 1978, p. 19).

O padrinho de Maria do Carmo não gostava da ideia da afilhada estudando no Colégio da Imaculada Conceição, mas “metera lá” a menina para atender os desejos do pai que a *queria para santa*. Depois de um tempo, o pai da moça vai embora para o Norte e veremos Maria deixar o “convento”

para cursar a Escola Normal: “Agora, sim, pensava o amanuense, Maria estava uma mocetona digna de figurar em qualquer salão aristocrático” (CAMINHA, 1978, p. 20). Para João da Mata, a escola moderna era aquela que não dependia da “intervenção da batina”, ou seja, era uma educação livre e “por amor de Deus” não lhe falassem em padres.

Nesse ponto há uma crítica ao celibato associado à imoralidade das classes religiosas. De acordo com o amanuense, vestir a batina era ir contra a natureza humana e as Sagradas Escrituras. Ora, “os padres são fisicamente (e sublinhava a palavra), anatomicamente, fisiologicamente homens como os outros: têm coração, órgãos sexuais, nervos como os outros homens. Portanto, assiste-lhes o mesmíssimo direito de procriação” (CAMINHA, 1978, p. 20). Como executar o “Crescei e multiplicai-vos” diante do celibatário?

Essa crítica está em consonância com a filiação de Adolfo Caminha e será vista em vários romances naturalistas: uma maior valoração do progresso em detrimento das instituições religiosas. O posicionamento de João da Mata diante da Igreja o coloca em uma situação onde “(...) não havia espaço para as restrições impostas pela religiosidade” (NETA, 2011, p. 78). Desse modo, não haveria, também, punição nenhuma diante dos desejos diante de Maria do Carmo, pois “não havia entre ele e a menina o menor grau de consanguinidade, portanto, não podia haver crime nas suas intenções... Se Maria houvesse de cair nas garras de algum bacharelete safado, fosse ele, João da Mata, o primeiro a abrir caminho” (CAMINHA, 1978, p. 39).

Todas essas críticas aos costumes e à estrutura e organização da cidade, o desejo do progresso e o sentimento de civilização que a província ensejava caracterizam o aparecimento de uma nova *estrutura de sentimento*. Este conceito de Raymond Williams nos permite pensar a dinâmica das transformações da capital cearense.

Segundo Williams (1979), as relações culturais se estabelecem tensionadas entre a “interpretação recebida” e a “experiência prática”. Podemos vê-las desde o sistema dominante, expresso nas crenças e na educação. Assim, falar de uma “estrutura” implica se referir às relações internas, interligadas, articuladas, porém fluídas (WILLIAMS, 1979). Precisamos estar conscientes de que esse processo se dá na esfera do vivido, de forma singular e em constante transformação. Ao se referir a “sentimentos” Williams reporta-se a “elementos característicos do impulso, contenção e tom; elementos especificamente afetivos da consciência e das relações” (WILLIAMS, 1979, p. 134), ou seja,

nem sempre de forma racional ou consciente. Isto porque a dinâmica cultural pressupõe embates, lutas e pressões exercidas de ambos os lados.

Embates estes presentes no romance analisado, uma vez que, como observa Manoel Alencar, pode-se verificar nesse processo “(...) a inserção mais efetiva do Ceará dentro do capitalismo em sua fase imperialista e um conjunto de mudanças acarretadas localmente; dentre elas, o visível crescimento da cidade de Fortaleza e as reações e tensões advindas com a constituição desse viver urbano” (ALENCAR, 2017, p. 188), caracterizado como um elemento emergente.

Essa “estrutura de sentimentos”, nas palavras de Frederico Neves, “organiza a percepção e dirige a elaboração de conceitos sobre a realidade” (NEVES, 2000, p. 103). Por isso, tantas críticas aos costumes provincianos, atrasados talvez, em decorrência do período de estiagem. Como o romance de Caminha nos coloca em contato com personagens que tiveram seu “espaço de experiência” marcado pela Grande Seca de 77, é possível perceber muitos aspectos que são residuais dessa experiência singular. Muitas das falas e atitudes das personagens são marcadas pelo catastrófico evento, que mesmo quase uma década depois ainda se faz presente.

Considerações finais

O romance de Caminha traz vários momentos de crítica à cidade de Fortaleza do final do Século XIX. Para parte da fortuna crítica, o envolvimento de João da Mata com Maria do Carmo e seu menor sentimento de culpa diante do defloramento da afilhada por ele protagonizado pode ser lido como uma crítica aos costumes e hipocrisia de uma sociedade hipócrita. Lembremos que a mesma sociedade, a Fortaleza da década de 1880, condenou a união do escritor com uma mulher mais jovem e que abandonara o marido para morar com ele. O professor Sâncio Azevedo coloca a obra como um romance vingador diante da hipocrisia social do período (AZEVEDO, 2007).

A Normalista não foi estudada aqui como sendo um reflexo da realidade, obviamente, mas buscou-se compreender quais relações a seca de 1877, lembrada ao longo do livro, impacta no cotidiano das personagens. O jovem estudante de Direito Zuza, por exemplo, é a personagem que mais tece críticas à província cearense. Nas suas falas ficam evidentes seu desejo de mudança, ânsia por progresso que ainda deixam muito a desejar nas terras alencarianas; Maria do Carmo, a jovem

deflorada por seu padrinho, encarna em alguns momentos a contradição do aspecto dominante da sociedade do que seria e como agiria uma retirante das secas.

Toda essa tensão, conforme evidenciamos, faz parte de uma nova estrutura de sentimentos que aflora em finais do XIX diante dos processos de transformação por que passava Fortaleza no período. Posto tudo isso, podemos dizer que a seca é um passado que se faz presente no romance de Caminha encarnada em personagens, cargos públicos ou lembranças: fica evidente que os efeitos, os arranjos e desarrajos da Grande Seca estão presentes ao longo da obra e influenciam o curso das ações da narrativa.

Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE JR, D. M. de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5º edição, São Paulo: Cortez. 2011.
- ALENCAR, M. C. F. de. Adolfo Caminha: os dramas da civilização. In.: FREITAS, A. de P. S. de. ARAÚJO, E. A. de (Orgs). **História das cidades do Nordeste** (Séc. XIX e XX). EdUECE: Fortaleza, CE. 2017.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnica. In.: **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 5-17, fev., 2010.
- ASSARÉ, P. do. **Cante lá que eu canto cá** - Filosofia de um trovador nordestino. 5ª edição, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 1984.
- AZEVEDO, S. de. Adolfo Caminha e o Naturalismo. *O eixo e a roda*. Belo Horizonte, v. 14, 2007
- BARBALHO, A. **Corpos e mentes dilacerados**: o grotesco nas imagens da seca de 1877. *Trajetos*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 3, na 6, 2005.
- BARROS, J. D. Rupturas entre o presente e o passado: Leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. **Revista Páginas de Filosofia**, v. 2, n. 2, p. 68-88, jul./dez. 2010.
- BRITO, L. A Fome: retrato dos horrores das secas e migrações cearenses no final do século XIX. In.: **Estação Literária Londrina**, Volume 10B, p. 111-125, jan. 2013 ISSN 1983-1048 - <http://www.uel.br/pos/letras/EL>.
- BURGARDT, C. M. **A invenção da seca no século XIX**: a imprensa do Norte e o romance *Os Retirantes*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação Em Letras – Universidade Federal da Paraíba, 2014.
- CAMINHA, A. **A Normalista**. 6º ed. São Paulo: Ática, 1978.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.
- LUCA, T. R. de. Fontes impressas: História dos, nos e por meio de periódicos. In.: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARQUES, R. de A. **A nação vai à província:** do romantismo ao modernismo no Ceará. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2015.

NETA, B. S. L. **A menina e a província:** a espera do progresso no romance A Normalista, de Adolfo Caminha. (Dissertação de Mestrado) Centro de Humanidades – CH. Departamento de Literatura, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2011.

NEVES, F. de C. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

POMPEU FILHO, T. **Ensaio estatístico do Ceará.** Fortaleza: Tipografia do jornal A República, 1893.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque:** Reforma Urbana e Controle Social 1860-1930. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

SILVA, S. M. de. Narrativas do Cotidiano: a construção do crime na imprensa cearense no século XIX. In.: FREITAS, A. de P. S. de. ARAÚJO, Erick Assis de (Orgs). **História das cidades do Nordeste (Séc. XIX e XX).** EdUECE: Fortaleza, CE. 2017.

TEÓFILO, R. **A fome.** Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1979.

VALE NETO, I. F. do. **Batalhas da memória:** a escrita militante de Rodolfo Teófilo. (Dissertação de Mestrado) Centro de Humanidades – CH. Departamento de História, Universidade Federal do Ceará – UFC, 2006.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.